

REFLEXÕES SOBRE O MAGISTÉRIO SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Luciana de Fátima Sopas **Rocha** – IFMA

Denise Bessa **Léda** – UFMA

Resumo

Este trabalho utiliza dados de dissertação de mestrado, objetivando estudar os impactos da expansão da educação profissional no cotidiano laboral de docentes do ensino superior do Instituto Federal do Maranhão – IFMA. A pesquisa foi feita em documentos sobre a história e a legislação da educação profissional no Brasil e no Maranhão e sobre o processo de expansão, além de entrevistas com docentes. Foram relatadas situações de sobrecarga, resistência, adoecimento, assédio moral e submissão a essa realidade e identificados fatores determinantes dessas situações. Observou-se o impacto da expansão na saúde dos trabalhadores pela intensificação das atividades, mudanças de parâmetros de avaliação e condições de trabalho extenuantes. Confirmou-se os estudos sobre o sofrimento do professor, suas condições de trabalho e impactos em sua saúde, mas foram identificadas vivências de prazer em relação às atividades laborais. Espera-se que esta pesquisa contribua para a reflexão sobre o trabalho na educação profissional, tendo presente o caráter de humanidade indispensável à educação responsável e comprometida.

Palavras-chave: Expansão da Educação Profissional. Magistério Superior. Trabalho docente.

REFLEXÕES SOBRE O MAGISTÉRIO SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Introdução

Este trabalho baseia-se em pesquisa de dissertação de mestrado, realizada junto a professores do Instituto Federal do Maranhão, a fim de conhecer os impactos da expansão da educação profissional brasileira no cotidiano laboral desses trabalhadores.

No Maranhão, a expansão tomou grandes proporções, passando de duas

unidades em 2006, para 18 campi do Instituto Federal em 2014, já com a aprovação de funcionamento de mais oito unidades, a serem implantadas até 2015.

Para uma compreensão desse objeto de estudo foi necessário realizar um levantamento de dados sobre a história da educação profissional no Brasil e no Maranhão, assim como das diversas fases do processo de expansão, que foi acompanhado por mudanças significativas. Diante da escassez de produção sobre o tema, além do levantamento bibliográfico e da legislação sobre a educação profissional, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete docentes das duas carreiras: a do Magistério do Ensino Superior e a do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)¹, com o objetivo específico de compreender melhor o fenômeno da expansão nesse instituto. Além disso, foram entrevistados também um gestor que participou dos primórdios desse processo e o dirigente de um sindicato que representa a categoria dos professores. Antes de cada entrevista, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, assim como sobre seus riscos e benefícios, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram gravadas com autorização dos sujeitos e transcritas posteriormente.

No presente texto, verificou-se a situação, em especial, dos professores do magistério superior, carreira que não admite mais novos professores na estrutura da instituição.

Recorreu-se também à análise de documentos, como o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Político Pedagógico, que trazem informações sobre a estrutura do IFMA, além do Portal da Transparência do Governo Federal.

Os entrevistados trouxeram, em suas falas, situações e vivências sobre a realidade do Instituto Federal do Maranhão. Essas falas revelam situações de sobrecarga, resistência, adoecimento, assédio moral e, mesmo, de submissão a essa realidade.

Concluiu-se que são necessários estudos que evidenciem os impactos dessas alterações significativas, pois conforme a análise de Otranto (2010, p.18):

O Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional

¹ Essa carreira foi criada pela lei 12.772/2012 em substituição à carreira do Magistério do Ensino Básico Federal, possibilitando aos docentes a atuação em vários níveis de ensino. Como os professores da carreira do Magistério do Ensino Básico Federal, admitidos na instituição até a publicação da lei em 2012, migraram para a carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, nos gráficos dessa pesquisa não se fez distinção entre as duas carreiras.

brasileira. Está produzindo mudanças altamente significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental, por esse motivo, essas mudanças precisam ser acompanhadas bem de perto.

Reflexões sobre a situação dos professores do magistério superior no IFMA

As diversas transformações pelas quais o IFMA vem passando ao longo de sua história contribuíram para a construção de um quadro docente nada homogêneo em sua unidade mais antiga: o campus São Luís – Monte Castelo. Professores com décadas de história na instituição juntam-se a recém-formados; há professores com titulações variadas, assim como provenientes de áreas diversas, como os professores da área técnica e os das áreas de ciências humanas. Alguns realizam diversas atividades na instituição, enquanto outros se dedicam prioritariamente à pesquisa e/ou à sala de aula.

Dentre essas diferenças que caracterizam o quadro docente do *campus* Monte Castelo, um aspecto que merece atenção é a existência, dentro da mesma estrutura, de duas carreiras diferenciadas: a do Magistério do Ensino Superior e a do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. De acordo com o líder sindical entrevistado, essa divisão não existe nos novos *campi* da Rede, em que os docentes já foram admitidos dentro da carreira unificada, a EBTT.

[...] nós somos, e podemos até dizer que é uma inerência nossa, o único instituto que tem um contingente tão grande de professores de ensino do terceiro grau, que hoje nós somos 93, quando no passado nós já tivemos 106 professores do terceiro grau, com o restante da classe que é o professor EBTT, o professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Hoje não se tem uma política governamental com relação ao professor do ensino superior que trabalha nos Institutos Federais. Porque é uma realidade, nós temos os professores que trabalham nas universidades, mas, o professor de terceiro grau que trabalha nos institutos, você não tem uma política pra esses profissionais. **Até o cargo dele hoje é extinto a vagar. Como conviver com profissionais dentro de uma instituição que o cargo dele é extinto a vagar?** (LÍDER SINDICAL). (grifo nosso).

É importante ressaltar que o fato de os cargos do Magistério do Ensino Superior do IFMA serem “extintos a vagar” se refere à mudança promovida pela criação da carreira EBTT. Essa carreira, ao possibilitar a contratação de professores que possam atuar em diversos níveis de ensino, tem sido priorizada na criação de novos códigos de vaga para os Institutos Federais. No caso do IFMA, desde o ano de 2010 não foram mais admitidos professores da Carreira do Magistério do Ensino Superior. No entanto, no *campus* São Luís – Monte Castelo o número de docentes dessa carreira é significativo, como se pode observar no gráfico a seguir:

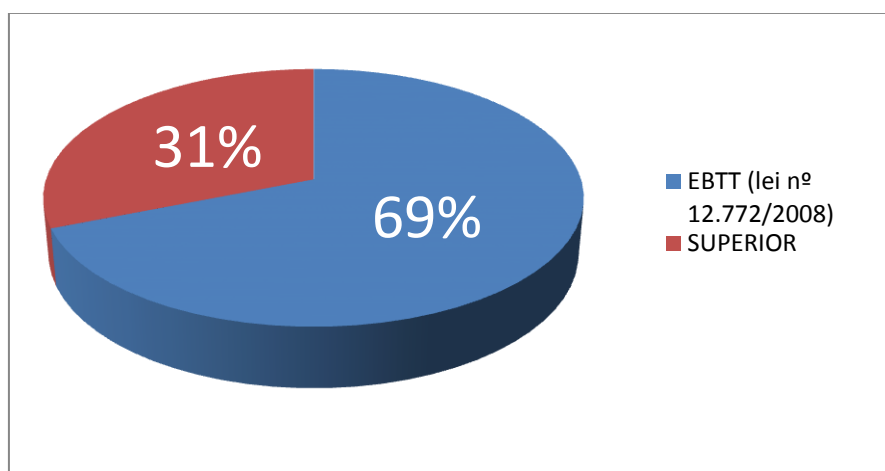


Figura 1 – Gráfico: Professores do Campus São Luís – Monte Castelo por carreira
FONTE: elaborado pela autora da dissertação, com dados de (BRASIL, CGU, 2014)

Apesar de representarem duas carreiras distintas dentro dessa estrutura, as duas são regidas pela mesma lei (BRASIL, 2012). Sobre essa legislação, o líder sindical explicou a situação desses docentes.

[...] a lei diz que o professor do ensino superior pode migrar para os institutos sem os institutos perderem o que se chama de código de vaga, mas, esse professor também pode migrar pras universidades. Mas quando ele migra pras universidades, o instituto perde o código de vaga, quando ele perde esse código, significa dizer que os departamentos perdem aquele professor porque perdem a vaga. Mas só que o governo federal, especialmente o Ministério da Educação não perde, porque essa vaga fica com a universidade. Mas o instituto sim, ele perde. Então, o quê que acontece? Qual o departamento que vai

liberar um professor? [...] O professor pode ser liberado, mas é uma exclusividade do departamento. O gestor deixa que o professor seja liberado, a cargo dos departamentos. Qual departamento vai votar se em troca não tem um professor que venha ocupar essa vaga? Então, os departamentos não liberam. Isso cria uma discussão entre o professor que quer sair e o departamento dos outros professores, principalmente os EBTT. [...] **nós temos mais professores do ensino superior que querem sair, querem ser transferidos, que professores que desejam ficar nos institutos.** [...] (LÍDER SINDICAL). (grifo nosso).

É importante perceber como se estruturou esse quadro docente diverso e o motivo do *campus* Monte Castelo ser o que possui o maior número de professores da carreira do Magistério Superior. Como se evidencia no gráfico seguinte, a maior parte dos professores de nível superior que se encontra em exercício nesse *campus* foi contratada na década de 90 do século passado, com a criação dos cursos superiores, possibilitada pela mudança de Escola Técnica para Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

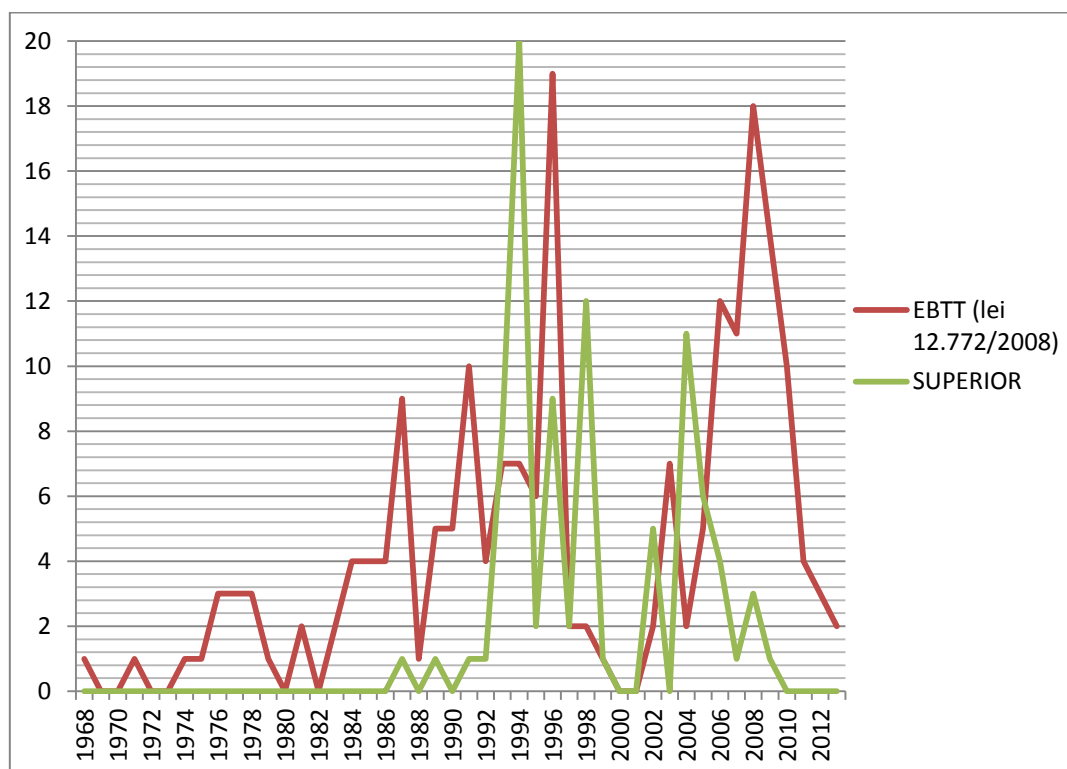


Figura 2 – Gráfico: Professores em exercício do Campus São Luís – Monte Castelo por ano de entrada.

FONTE: elaborado pela autora da dissertação, com dados de (BRASIL, CGU, 2014)

Esse momento foi responsável pela criação de uma nova identidade para a instituição, que passou a oferecer também cursos superiores. Essa perspectiva de atuação no nível superior foi considerada atraente para alguns docentes, como aconteceu com uma das professoras entrevistadas.

Eu escolhi entrar no IFMA porque eu sempre idealizei depois que eu fiz o curso de Letras, trabalhar em uma instituição de ensino superior. Onde eu estava trabalhando, uma escola de primeiro e segundo grau em outro local, eu tinha que pegar meio de transporte muito complicado e teve um tempo em que eu disse: eu não quero passar a minha aposentadoria aqui. Eu não almejava o IFMA, na verdade, eu almejava uma instituição de ensino superior (poderia ser outra faculdade) e aí veio o concurso do IFMA, então, eu achei que ia unir o útil ao agradável [...] (ENTREVISTADA 2).

Apesar do crescimento dos obstáculos para os professores da carreira do Magistério Superior a partir da lei 12.772/2012, o que se observa é que esses docentes (admitidos antes dessa lei) se veem divididos entre o ensino técnico e o superior, pois muitos deles são convocados a atuar nas duas áreas. Alguns atuam exclusivamente no nível superior, como revelou a docente abaixo:

[...] Estou envolvida com projetos de iniciação científica e de inovação tecnológica, e com aulas de graduação (ENTREVISTADA 1).

Outra professora entrevistada relata que trabalha em diversos níveis e, mesmo tendo sido admitida na carreira do Magistério Superior, iniciou sua atuação no IFMA com uma turma de nível técnico.

[...] Primeiro semestre de 2008 eu peguei só técnico [...]. Aí, em 2009, eu dei dois cursos de férias para o superior, isso me deixou até mais segura. [...] Desde então eu passei a pegar um pouquinho mais de

turmas, ficou uma coisa assim mais equilibrada. [...] Obviamente são dois públicos muito diferentes, mas não é um estorvo pra mim pegar uma turma de técnico, eu acho que eu trato da mesma forma em termos de trabalho, embora eu saiba que eu tenha que dar tratamentos diferentes (ENTREVISTADA 2).

O que se percebe nessa situação é que para os oriundos dessa carreira, a atuação em outros níveis ainda é passível de anuência do professor, havendo, inclusive, diversos professores que se recusam a essa atuação polivalente. Contudo, dos professores da nova carreira unificada, a EBTT, é **exigida a atuação em todos os níveis**, de acordo com a demanda dos seus departamentos. (grifo nosso).

Um dos pontos mais relevantes da pauta de reivindicações de um dos sindicatos que representa a categoria é o que exige “Isonomia entre os docentes das universidades e da educação básica, técnica e tecnológica”. Essa reivindicação gera um questionamento importante em relação à equiparação dos Institutos às Universidades Federais. De acordo com o gestor entrevistado:

[...] essa palavra “universidade” é muito atraente inclusive nos professores, eles gostam de dizer que são professores universitários. Às vezes eles não gostam de dizer que são professores, mas se incluir o “universitário” ele já gosta. Então, essa coisa da inclusão do termo universitário, da instituição de ensino superior fez com que a avaliação se tornasse outra (GESTOR).

Em oposição a essa visão, cabe ressaltar que, apesar da lei 11.892/08 igualar os institutos federais às universidades federais, a carreira dos docentes não foi equiparada, gerando insatisfação para os professores dos institutos. Ao ingressar na carreira do magistério da educação profissional, técnica e tecnológica, o docente pode atuar em diferentes níveis de ensino, como a educação básica, o nível superior, a pós-graduação, além de existir a demanda para lecionar em cursos de capacitação do Governo Federal ou até mesmo na Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), sendo exigidos do profissional diferentes domínios de metodologias e linguagens. No caso específico do PROEJA, as dificuldades podem ser maiores.

A composição heterogênea do alunado do PROEJA demanda

redobrado empenho dos professores para construírem metodologias, recursos didáticos apropriados e formas inovadoras de ensinar e avaliar para que não reforcem, também no espaço do EJA, as experiências vividas pelos alunos de múltiplas exclusões (SHIROMA, LIMA FILHO, 2014, p. 733)

A entrada, no IFMA, de um alunado cada vez mais heterogêneo tem exigido uma energia enorme dos docentes responsáveis por essas turmas, requerendo, também, a criação de novas estratégias e metodologias que não são de domínio dos docentes da Educação Profissional, diante das especificidades de sua formação.

Em relação ao processo de expansão, pode-se ver no discurso do gestor entrevistado uma caracterização relevante em relação à formação dos novos admitidos:

[...] nós, como éramos uma instituição de ensino superior, digamos que o mandamento dessas instituições de ensino superior Brasil afora é que se abra concurso sempre para pessoas que já tenham mestrado e doutorado [...]. Verificando a nossa realidade e sabendo que o Maranhão era muito fraco em curso de pós-graduação, decidi que o nosso concurso era aberto também para graduados. Fui bastante criticado por isso porque eu estava “diminuindo” a instituição perante as outras, visto que, frente a CAPES e outras frentes de pesquisa, professores graduados não contavam pontos para instituição. Mas, eu vi por outro lado. Eu vi a oportunidade de incluir maranhenses no projeto e esses mesmos adiante seriam pós-graduados [...] (GESTOR).

Essa é uma visão interessante, tanto de valorização dos trabalhadores da região, quanto em termos de responsabilização sobre a qualificação dos profissionais. Em geral, os professores se responsabilizam pela própria qualificação, inclusive para conseguir melhores oportunidades. Essa prática possibilita que eles cresçam na carreira, com o apoio da instituição. No entanto, apesar de demonstrar uma preocupação em dar oportunidades de emprego para os professores do estado, na prática, como os concursos pontuam os candidatos por titulação, ainda são admitidos mais professores com titulação alta, principalmente nos departamentos técnicos.

Não foram encontradas informações mais antigas sobre a titulação dos professores que permitissem realizar uma análise comparativa com a situação atual. No

entanto, o gráfico a seguir revela a realidade de titulação dos professores atualmente. Nesse gráfico são consideradas as duas carreiras existentes, pois não conseguimos dados exclusivamente sobre os professores da carreira do magistério do ensino superior.

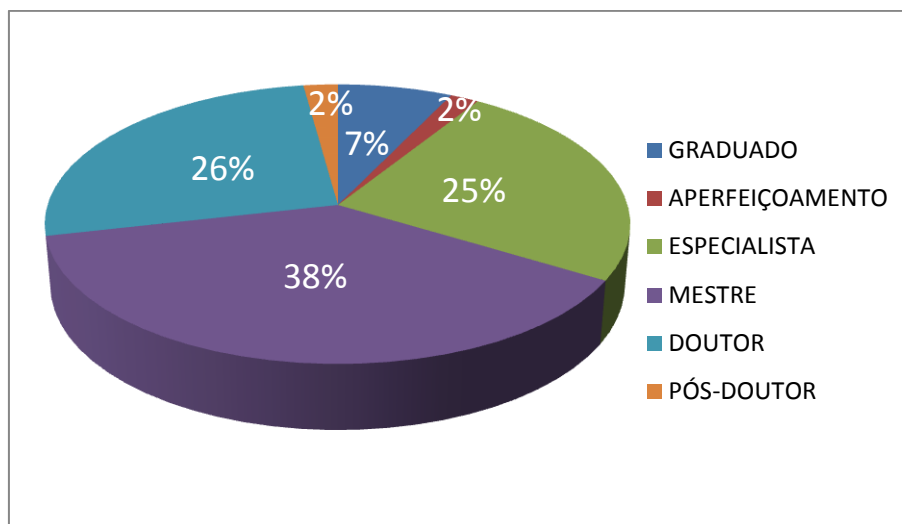


Figura 3 – Gráfico: Professores efetivos do campus São Luís – Monte Castelo por titulação

FONTE: Elaborado pela autora da dissertação, com dados do PDI 2014-2018.

Tendo em vista o que foi relatado pelo gestor sobre o status de universidade e das exigências de órgãos como a CAPES, observa-se que o quadro docente do *campus* São Luís – Monte Castelo está em defasagem em relação à outra instituição de ensino superior federal do estado. O quadro de docentes da Universidade Federal do Maranhão apresenta a seguinte distribuição por titulação:

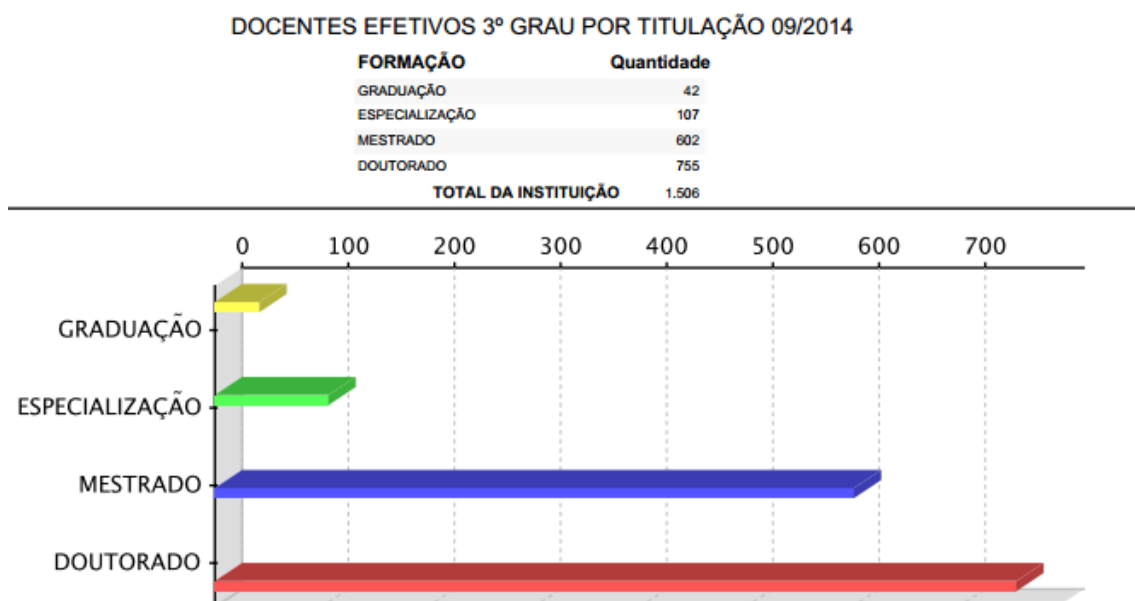


Figura 4 – Gráfico: Docentes efetivos do ensino superior da UFMA por titulação²
 FONTE: (UFMA, 2014).

Observa-se que a grande maioria dos professores da UFMA possui doutorado (50,13%), enquanto que no IFMA esse percentual, somado ao de pós-doutores, representa apenas 28% do quadro de docentes. Esse trabalho não procura realizar um comparativo entre essas duas instituições com trajetórias tão distintas no ensino superior. Entretanto, pode-se questionar os próprios critérios de avaliação dessas instituições, submetidas às mesmas exigências, mas apresentando características tão diversas.

Muitos professores estão em busca de qualificação dentro de suas carreiras. Essa necessidade diz respeito a uma melhoria salarial, por meio das gratificações por titulação, mas também como forma de aprimorar a prática docente. No entanto, esbarram continuamente nas dificuldades desse processo, como as de afastamento para pós-graduação. Os obstáculos são tantos e os processos demoram tanto que alguns professores optam por não solicitar a liberação, realizando suas pesquisas, sem diminuição da carga horária de trabalho.

² Para facilitar a comparação, foi feita a passagem dos números de professores por titulação no quadro de docentes da UFMA para o cálculo do percentual. Dessa forma, o quadro docente da UFMA está caracterizado por 2,78% de graduados, 7,1% de especialistas, 39,97% de mestres e 50,13% de doutores. Outra diferença em relação ao gráfico com dados dos professores do IFMA é que essa pesquisa não apresenta os dados de professores com pós-doutorado ou de professores apenas com curso de aperfeiçoamento.

No que diz respeito à qualidade da educação ofertada nos institutos, na avaliação do líder sindical não é só a qualificação dos professores que pode dar essa garantia.

No nosso departamento, nós temos em torno de 19 professores que dentre eles 16 ou 15 são doutores, ou seja, mais de 80%, e porque que não funciona? Porque a escola não funciona só com qualificação (LÍDER SINDICAL).

O foco dado à qualificação do professor deve ser analisado com cuidado, pois essas políticas podem estar associadas à responsabilização desses profissionais pelos problemas na educação, gerando culpa e sobrecarga de trabalho, apresentando consequências sobre a saúde desses trabalhadores, como será comentado a seguir.

Impactos sobre a saúde dos professores

Na visão mais difundida de saúde, percebe-se uma preocupação com a busca pelo equilíbrio. No entanto, conhecimentos como os provenientes da Fisiologia permitem questionar se o equilíbrio seria, de fato, gerador de saúde. O fato de um organismo não sofrer alterações diante de mudanças ambientais, por exemplo, pode levar à sua destruição. A própria Fisiologia demonstra que o indivíduo está em constante movimento e que não há nada de fixo e constante em um organismo vivendo normalmente. Um autor que questiona essa visão estável da saúde é Canguilhem (2014), que revela que mesmo o organismo doente pode apresentar equilíbrio e que, por diversas vezes, só percebe a doença quando apresenta uma mudança significativa no meio em que vive. Alerta também para os obstáculos da identificação entre o normal e o patológico com base em uma norma, destacando o caráter individual da doença.

A fronteira entre o normal e o patológico é imprecisa para diversos indivíduos considerados simultaneamente, mas é perfeitamente precisa para um único e mesmo indivíduo considerado sucessivamente. Aquilo que é normal, apesar de ser normativo em determinadas condições, pode se tornar patológico em outra situação, se permanecer inalterado. O indivíduo é que avalia essa transformação porque é ele que sofre suas consequências, no próprio momento em

que se sente incapaz de realizar as tarefas que a nova situação lhe impõe (CANGUILHEM, 2014, p. 126).

Na atualidade, o senso comum já não encontra tanta dificuldade em reconhecer o nexos causal de muitas doenças orgânicas com o trabalho. Essa realidade pôde ser observada no curso dessa pesquisa, pois muitos professores sugestionados pelo tema da pesquisa³ indicaram que seria interessante realizar a investigação com determinados professores que tinham adoecido “por causa do trabalho”. Pôde-se perceber que os adoecimentos citados eram todos de ordem física, como pela manipulação de produtos químicos em laboratórios, sobre lesões provocadas na laringe por excessos no uso da fala ou lesões nos braços pelo uso de quadro branco. Professores entrevistados relataram consequências do trabalho sobre a sua saúde física, conforme relatos abaixo:

Já interferiu de uma forma muito negativa que foi a questão da voz, [...] de ficar afônica durante um mês e o médico me dizer que eu tenho que parar de dar aula, mas é o meu sustento! (ENTREVISTADA 2).

[...] dia que eu tenho que usar muito o quadro, o braço fica dormente, sem força [...] Tem dia que eu fico até sem movimento no braço e isso é do trabalho (ENTREVISTADA 1).

Porém, no que se refere à relação entre saúde mental e trabalho, tem sido mais difícil estabelecer uma relação tão evidente. Nos últimos tempos, vem aumentando o reconhecimento, por parte dos órgãos previdenciários, dos vínculos entre trabalho e adoecimento psíquico, como no decreto 3.048/99 do Ministério da Previdência Social (MPAS) que, na lista de doenças associadas ao trabalho, apresenta doze categorias diagnósticas de transtornos mentais. No caso da lei nº 11.430/2006, esta prevê o nexos técnico-epidemiológico, invertendo o ônus da prova em alguns casos, ao determinar o registro automático como doença relacionada ao trabalho de determinadas patologias em função de altas incidências em determinados ambientes de trabalho.

O reconhecimento dessa relação não se dá de forma tranquila, pois “[...] o nexos entre adoecimento e situação de trabalho não é simples, uma vez que tal processo é

³ “Os desafios da expansão da educação profissional e suas repercussões no trabalho e na saúde dos docentes”.

específico para cada indivíduo, envolvendo sua história de vida e de trabalho” (GLINA *et al*, 2001, p. 615).

Em se tratando do professor, vários autores estudam as repercussões das reformas educacionais para o cotidiano docente, destacando entre outros fatores a intensificação de suas atividades, as mudanças nos parâmetros de avaliação e as condições de trabalho extenuantes. Observa-se um impacto muito grande de tais reformas na saúde desses trabalhadores, evidenciadas pelos inúmeros estudos sobre o sofrimento do professor, suas condições de trabalho e os impactos em sua saúde. Oliveira (2005) destaca duas tendências de análise nos estudos sobre essa questão: os que identificam um processo de proletarização e precarização da profissão docente e os que percebem uma reestruturação do trabalho pedagógico com a emergência de uma nova identidade.

Destacam-se, também, os estudos sobre os impactos das condições de trabalho na saúde dos professores, em que o estresse e o *burnout* surgem como os principais problemas de saúde enfrentados. De acordo com Souza e Leite (2011, p. 1116), “[...] a profissão docente é considerada, também pela Organização Mundial do Trabalho, como uma das mais estressantes, com forte incidência de elementos que conduzem à síndrome de burnout”.

De acordo com Mancebo (2007, p. 474):

No próprio âmbito escolar, ocorrem relações e produções, por vezes, na direção do ajustamento à nova ordem social; mas, em certos momentos, buscando brechas e possibilidades de escape. Inúmeras vezes, produzindo assujeitamento, sofrimento, doença; mas, em outras circunstâncias, favorecendo crescimento, prazer, solidariedade.

Uma das professoras entrevistadas relatou o seu sofrimento no contexto laboral, que a levou a um processo de adoecimento:

[...] Esse problema de relacionamento no ambiente de trabalho acaba se acumulando com vários problemas familiares. Então, você já tem os seus problemas familiares, quando você vem pro trabalho quer pelo menos um ambiente mais sadio, mas, quando você vê o ambiente tão doente (talvez até mais que o ambiente familiar) aí acaba com você. Você não consegue ter uma estrutura (ENTREVISTADA 1)

Essa docente depois de uma situação de assédio moral no trabalho compareceu ao Serviço de Psicologia, com vários sintomas físicos, precisando ser encaminhada a um serviço público de saúde.

Pessoas que entraram e que não sabem administrar, isso aqui não é regime militar, a gente vive em um ambiente acadêmico então você não pode impor [...] Fiquei muito mal, senti muita dor no peito naquele dia. E desde aquele dia eu não quis mais nem pisar nesse departamento, pra te falar a verdade, eu não queria mais nem vir pra cá [...] O sentimento fica, tanto que eu não gosto mais daqui, eu tenho muitas amigas aqui, mas tem um grupo que eu não gostaria nem de olhar na minha frente. Dou bom dia, falo, mas isso pra mim não é bom. Eu acho que a partir do momento que a pessoa é ofendida, é natural que ela tenha uma reação contra isso. [...] Se eu não reagir, eu não sou nem ser humano, porque qualquer animal reage quando é ofendido. (ENTREVISTADA 1).

A utilização de práticas autoritárias de gestão do trabalho pode ocasionar consequências graves, como situações de violência psicológica. Essa modalidade de agressão geralmente é operada por superiores hierárquicos e visa à desmoralização e à desqualificação dos profissionais, tornando o ambiente hostil e insuportável. Nessa lógica, a violência no trabalho tornou-se cada vez mais recorrente, seja física, psicológica ou sexual. O assédio moral é uma das formas mais extremas de violência psicológica.

O assédio moral só se configura quando a dignidade de alguém é atacada de modo repetitivo, sistemático e deliberado durante um período prolongado, geralmente de vários meses. Liderada, explícita ou veladamente, por quem a perpetra, a prática desmoralizante recebe adesões dos demais e se propaga de modo a isolar cada vez mais a pessoa visada. O objetivo é excluir, desqualificar profissionalmente e desestabilizar emocionalmente alguém que, por motivos os mais diversos, tenha se tornado indesejável para o/a perpetrador/a do assédio (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 503).

Dessa forma, deve-se tomar cuidado para não responsabilizar apenas os agressores por essas práticas. Na realidade, muitas vezes o ambiente organizacional se torna favorável, quase adquirindo um caráter de política da organização. Embora as formas de gestão possam ter variações de acordo com as características pessoais do gestor, as práticas de assédio moral estão intimamente ligadas à conivência, permissão ou, mesmo, estímulo da organização.

A professora que relata esse caso de assédio moral procurou várias instâncias da organização e, relatou que, diante da inércia frente a uma denúncia tão grave, sentiu a necessidade de procurar a Justiça para ver o seu direito à dignidade garantido.

Mesmo em um caso de sofrimento intenso, como o relatado por uma das professoras, o trabalho com os alunos representa uma fonte de força para lidar com esse sofrimento.

Sinceramente, hoje, a única coisa que me faz ainda estar na profissão são meus alunos, só. Não é o ambiente de trabalho. E eles sabem disso, eles percebem isso. “Professora, a senhora só esta aqui por nossa causa né?” e eu digo: Somente (ENTREVISTADA 1).

[...] é o meu palco e por isso eu não quero deixar. Eu posso estar com o estresse que for aqui, mas se eu for pra sala de aula, volto outra pessoa. Então eu digo que é meu palco, minha plateia e é sempre muito positivo voltar da sala de aula (ENTREVISTADA 2)

O levantamento da situação dos professores do IFMA, especialmente do *campus* São Luís – Monte Castelo pode levar ao risco da interpretação de que apenas a precariedade se evidencia. De fato, muitos aspectos devem ser analisados e, diante de situações tão desafiadoras, questiona-se como muitos docentes ainda conseguem energia para a realização do seu trabalho, como demonstra o relato a seguir:

Até agora, graças a Deus, eu nunca perdi esse sentimento com a minha instituição. Tô de férias, mas tô aqui e venho de manhã, de tarde, de noite, porque eu ainda me sinto bem dentro dessa escola. Essa instituição aqui até hoje chamo de escola porque eu fui aluno daqui, estou há 20 anos no IFMA, dando aula hoje no terceiro grau. Mas, na

hora que sou chamado, dou aula no ensino médio e fico nesse vai e vem porque uma coisa é você gostar do que faz. A pretensão que eu tenho dessa instituição é a pretensão de quando fiz concurso pra cá, ser e continuar sendo professor (LÍDER SINDICAL).

Diante de tantas dificuldades, reafirma-se a importância da reflexão sobre o trabalho docente na conjuntura da educação profissional, tendo em vista o impacto que tal contexto pode causar na qualidade do seu trabalho e na saúde dessa categoria de trabalhadores.

Não se pode perder de vista, também, que nos Institutos Federais, muitos docentes estão trabalhando na formação de novos professores, sendo sua conduta uma significativa referência – como modelo a seguir ou evitar – para jovens que escolheram a docência como profissão.

Dessa forma, questiona-se o impacto do sofrimento desse professor na imagem da profissão, colaborando para a redução do interesse em seguir essa carreira. Kuenzer e Caldas (2009, p.31) contribuem com importantes provocações para essa discussão:

O que significa desistir? Deixar de lutar? Deixar de acreditar? Recusar-se a compactuar com exigências intoleráveis? Se não há uma resposta única a essas questões, também não há uma forma idêntica para a manifestação da desistência ou da desmotivação no trabalho educativo.

Para os que, efetivamente, seguirem essa carreira, pode-se questionar quais as consequências da vivência com essa realidade em transformação e com esses professores – que reagem sofrendo, adoecendo, mas que ainda revelam possibilidades de sentir prazer no trabalho – na formação desses futuros docentes.

Considerações Finais

Os professores entrevistados ajudaram a contar a história de uma expansão importante na educação profissional do estado do Maranhão, mas que não tem sido uma trajetória simples, pois muitos têm sido os obstáculos a que os servidores do IFMA

estão sendo submetidos para que consigam realizar o seu trabalho e terem uma vida mais digna.

Essa pesquisa evidenciou que o professor de nível superior não está imune às alterações, reagindo, de formas muito variadas, às questões que lhes provocam sofrimento. Muitas vezes as reações são negativas, como os diversos processos de adoecimento.

A recente expansão da educação profissional mostrou ser apenas mais um capítulo de uma história de submissão a uma lógica que, na maioria das vezes, não está, de fato, a serviço dos interesses dos trabalhadores. As muitas mudanças na educação profissional brasileira vêm exigindo estudos para entender os impactos desse contexto sobre a comunidade acadêmica.

Tendo em vista que o IFMA oferece cursos de formação de professores, como as licenciaturas, questiona-se de que forma essas vivências de sofrimento vão influenciar esses futuros profissionais que estão construindo suas trajetórias na docência. Muitos professores revelam na prática as relações que tiveram com seus próprios professores, utilizando-os como referência para a construção de suas formas de ensinar – seguindo-os como modelo, ou agindo de forma inversa.

Uma das contribuições mais importantes dessa pesquisa é a identificação de vivências de prazer desses profissionais em relação às suas atividades laborais. O relacionamento com alunos é apontado por muitos professores como extremamente prazeroso, sendo muitas vezes, o que os mantém na instituição.

A docência é uma profissão que evidencia de forma muito clara o papel social dos que optam por essa carreira. O prazer gerado pela sensação de dever cumprido, relatado por alguns professores, pode estar associado a essa questão. No entanto, essa peculiaridade da atividade docente pode contribuir para provocar mais sofrimento pelos processos de intensificação, ou mesmo autointensificação do seu trabalho.

Estudos como esse são importantes, por colocarem o professor em evidência, em um contexto de desvalorização geral e perda do status social. Tentar mudar essa realidade, buscando-se uma valorização efetiva desses profissionais pode ser um caminho. Mais que isso, é preciso que haja o reconhecimento do ser humano por trás do professor, com suas qualidades, defeitos e necessidades. Jamais se pode perder de vista esse caráter de humanidade, que é o grande sentido de qualquer processo de educação responsável e comprometido, avesso à perspectiva pragmática e mercantilista,

tão em voga na atualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. Decreto Lei nº 7.863 de 31 de outubro de 1989. Dispõe sobre transformação da Escola Técnica Federal do Maranhão em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão. *In*: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto/SEMTEC. Brasília, 1994, p. 41.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30 dez. 2008.

_____. Lei nº 11.430, de 26 de dezembro de 2006. Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, aumenta o valor dos benefícios da previdência social; e revoga a Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006; dispositivos das Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.444, de 20 de julho de 1992, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e a Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 2, 27 dez. 2006

_____. Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2008. Dispõe, entre outros, sobre Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 31 dez. 2012

BRASIL, Controladoria-Geral da União. **Portal da transparência**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Lei nº 3.048 de 06 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 50, 7 mai. 1999.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 2014.

GLINA, Débora Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther; BATISTA, Maria Lucia; MENDONCA, Maria Goretti Vieira. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.17, n.3, pp. 607-616, 2001.

KUENZER, Acacia; CALDAS, Andrea. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando, et al (Org). **A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: Tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papirus, 2009. p. 19-49.

INSTITUTO Federal do Maranhão e seus *campi*. Disponível em: <<http://www.ifma.edu.br/index.php/instituto>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

_____. Projeto político pedagógico. São Luís, 2010.

_____. Plano de desenvolvimento institucional 2009-2013. São Luís, 2010.

MANCEBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educ. Soc. Campinas**, v. 28, n. 99, p. 466-482, maio/ago. 2007

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. **Educ Soc. Campinas**, v. 26, n. 92, p. 753-775. Especial – out. 2005.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IFETS. *Revista RETTA*. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 89-110, jan-jul 2010.

POCINHO, Margarida; PERESTRELO, Célia Xavier. Um ensaio sobre burnout, engagement e estratégias de coping na profissão docente. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 37, p. 513, set-dez. 2011.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; FILHO, Domingos Leite. Trabalho docente na educação profissional e tecnológica e no PROEJA. **Educação e sociedade**, *Campinas*, v. 32, n. 116, jul-set, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300007>. Acesso em: 10 mai. 2014.

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA . **Por que os trabalhadores da educação federal entrarão em greve?**. Disponível em: <<http://www.sinasefe.org.br/v3/index.php/noticias-da-greve/970-por-que-os-trabalhadores-da-educacao-federal-entrarao-em-greve>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

SOUZA, Aparecida Neri de; LEITE, Marcia de Paula. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, *Campinas*, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, out-dez, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Núcleo de Tecnologia da Informação. Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos.. <<http://www.ufma.br>>. Acesso em: 05 out. 2014.